

A LEI 10639/03 E O LIVRO DIDÁTICO: ANALISANDO O PNLD 2018 PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Guilherme Nogueira de Souza ¹

RESUMO

Promulgada em 2003, a Lei 10639 versa sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em escolas de todo país. Fruto da ação política de movimentos sociais em articulação com um governo de centro-esquerda, a legislação pretende apontar as contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, da população afro-brasileira. Apesar de indicar as disciplinas de Literatura, Educação artística e História brasileira como as responsáveis pelo ensino destas temáticas, o legislador também aponta que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar” (Lei 9394/96, Art. 26^a § 2^o). Portanto, passados 16 anos da promulgação da Lei 10639, este trabalho pretende analisar qual a contribuição da área de Sociologia na Educação Básica para a consolidação da intenção do legislador quando da construção da legislação em questão. Para tanto, pretende analisar as obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático 2018. O PNLD contou com cinco obras aprovadas para a área de Sociologia. Ao todo foram distribuídas mais de 7 milhões de unidades para escolas públicas de todo o país, sendo que apenas dois títulos correspondem a quase 2/3 do total das obras distribuídas. Este trabalho pretende-se analisar as duas obras de maior distribuição na área de Sociologia com vistas a mapear os subsídios que tais instrumentais ofertam para professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem no que tange à temática das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Livro didático, Ensino de Sociologia, Lei 10639/2003, Relações étnico-raciais, Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar de que maneira uma política pública de concepção antirracista, que pretende intervir nos processos educacionais, se faz manifesta nos livros didáticos de Sociologia distribuídos às escolas públicas de todo o país. Neste sentido, o artigo está internamente estruturado em dois grandes eixos: (1) a questão do livro didático e sua relação com as políticas públicas de educação em seus diferentes contextos históricos no Brasil; (2) e a questão do material didático de Sociologia aprovado no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018) e distribuídos pelas escolas de todo o país.

A Lei 10639/03, que versa sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas oficiais em todo território nacional, é fruto da ação política de movimentos sociais organizados em articulação com um governo de centro-esquerda. A legislação pretende apontar as contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, da população afro-brasileira. Apesar de a lei indicar textualmente as disciplinas de Literatura,

¹ Professor Adjunto (CAp/UERJ). Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais (LEPCS). Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. guilherme.souza@uerj.br

Educação artística e História brasileira como as principais responsáveis pelo ensino destas temáticas, o legislador também aponta que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar” (Lei 9394/96, Art. 26^a § 2º). Portanto, passados 16 anos da promulgação da Lei 10639 – e 11 anos da promulgação da Lei 11645, cujo perfil ampliou o objetivo da Legislação para a inclusão de povos indígenas – este trabalho pretende analisar qual a contribuição da área de Sociologia na Educação Básica para a consolidação da intenção do legislador quando da construção da legislação em questão. Para tanto, pretende-se analisar os livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD, edição 2018, distribuídos nas escolas públicas de todo o país. Ao todo, foram aprovadas e distribuídas cinco obras, sendo elas: *Sociologia em movimento* (SILVA *et al*, 2016), Editora Moderna; *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), Editora Scipione; *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016), Editora Ática; *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA; COSTA, 2016), Editora Imperial Novo Milênio; *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY *et al*, 2016), Editora do Brasil. Importante frisar que a questão indígena, objeto de ampliação da Lei 10639/03 via a Lei 11645/08, não estará sendo tratada neste artigo, ficando a análise da contribuição dos livros didáticos ao tema para desdobramentos futuros do projeto de pesquisa.

METODOLOGIA

O livro didático é a principal ferramenta de ensino-aprendizagem presente nas escolas brasileiras (TAGLIANI, 2011). Apesar da supervalorização das suas potencialidades enquanto instrumento educacional – a ponto de ser fetichizado, como aponta Silva (2012) – a importância do livro didático enquanto ferramenta é indiscutível. O PNLD em muito tem contribuído para esta centralidade. A distribuição gratuita dos livros tem contribuído para que o material didático seja, por vezes, a única obra disponível para leitura em muitas residências do país (TAGLIANI, 2011; DI GIORGI, 2014). E, tendo em vista a complexa relação entre currículo e livro didático, como apontada por Lisbôa *et al* (2011), há de se supor a sua centralidade potencial também na organização dos programas de curso, na seleção de conteúdos e na preparação de aula por parte dos professores. É neste contexto que o presente trabalho pretende, assentado na análise documental, avaliar as potencialidades para implementação da Lei 10639 via a oferta de instrumentos e conteúdos para o trabalho docente na Educação Básica. Para tanto, foram analisadas as duas obras com maiores tiragens no PNLD 2018, a saber: *Sociologia em movimento* e *Sociologia*, já citadas anteriormente. Estas obras correspondem a quase 60% de todos os livros de Sociologia distribuídos pelo país. Nesta análise documental, pretende-se

observar de que maneira as obras podem auxiliar na execução da Lei por parte do docente e das instituições educacionais. E, por isso, o centro da análise está na frequência e disposição das temáticas concernentes à Lei 10639/03. Observou-se a apresentação do tema em eixos centrais e a maneira como o mesmo aparece enquanto subtema ou tema correlato em capítulos diversos.

DESENVOLVIMENTO

1 – Manual didático como parte da ampliação dos sistemas educacionais

O manual didático ou livro didático é herdeiro de uma ampla tradição assentada na centralidade das referências escritas como fonte do conhecimento acumulado e digno de reprodução intergeracional que vai marcar os mecanismos de formação moral e intelectual das sociedades que criaram as mais diversas formas de escrita. Sendo reinventado no tempo e correspondendo aos processos sociais e políticos de cada época, a forma de registro dos conhecimentos em substrato físico vai acompanhar as transformações culturais das distintas sociedades. Entre o códex e os materiais didáticos criados pelos reformadores protestantes, o livro assumiu papel fundamental na conservação, reprodução e disseminação dos conhecimentos acumulados por parte das sociedades europeias e nos territórios que sofreram sua ação colonial.

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando. (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36)

O caráter de “repositório das verdades científicas” se torna central à medida que a experiência da educação formal é afetada pelos reformadores protestantes europeus. Apesar de sua justificação religiosa, foi a Reforma Protestante que deu fôlego para o avanço da democratização das escolas, dando origem, em muitos países, aos sistemas públicos, mesmo que não necessariamente laicos, de educação. Na Alemanha, por exemplo, a instauração de uma educação compulsória, voltada às primeiras letras e à alfabetização em massa, ofertada pelo Estado, é um processo indissociável da expansão do luteranismo e sua concepção de relacionamento entre o fiel e a fé via livre leitura das Escrituras cristãs (BARBOSA, 2011).

Se, por um lado, os sistemas educacionais originados na reforma protestante foram importantes para redução dos índices de analfabetismo em períodos variados, por outro, a

emergência de uma escola laica e comprometida com o conhecimento racional e científico só se consolida na passagem do século XVIII para o século XIX.

A criação e ampliação dos sistemas educacionais apresentou o desafio de também formar professores num momento anterior aos cursos de formação universitária. Este desafio tornava o livro didático um instrumento fundamental para compensar a própria ausência formação adequada dos docentes.

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA et al, 1997, p. 26)

Assim sendo, os manuais didáticos foram progressivamente assumindo maior importância e complexidade à medida que a divisão dos conhecimentos e o nível de especialização se ampliavam em decorrência da revolução científica e da ascensão do positivismo enquanto método científico. Cabe frisar que os positivistas foram centrais na defesa da educação laica e republicana, assim como na defesa de um sistema educacional que tivesse como referência o conhecimento científico e a formação racional. Proponentes de um sistema de escola dual, as políticas educacionais de inspiração positivista possibilitaram o acesso às letras superiores e ao conhecimento científico aos filhos das elites culturais e econômicas, ao mesmo tempo que defendiam uma educação de base racional, mas apenas inicial, para a formação da massa de trabalhadores.

2 – A influência dos positivistas nos sistemas educacionais no Brasil

A influência dos positivistas no Brasil do século XIX foi ampla, sendo Benjamin Constant o mais emitente deles e aquele que mais impacto produziria na estruturação dos sistemas educacionais no Brasil daquele século. Tendo entrado nos círculos intelectuais brasileiros através da Faculdade de Direito de Recife, o pensamento positivista vai se assentar no Rio de Janeiro, capital do Império, pelas mãos de Constant e outros seguidores.

Já na capital do Império, a incumbência de iniciar os jovens estudantes da Escola Militar na doutrina francesa coube ao general Benjamin Constant. Em 1876, Constant esteve entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, entidade a qual, cinco anos mais tarde, daria origem ao famigerado Apostolado. Conforme a observação de Lemos (1997), o militar fluminense interpretou o ideário positivista de um modo deveras peculiar, corroborando a metodologia comtiana ao mesmo tempo em que repudiava o sectarismo e a intolerância política de alguns de seus pares. (SALOMÃO, 2016, p. 6)

As reformas educacionais do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX estiveram marcadas pela influência teórica e política do positivismo e sua íntima relação com uma elite acadêmica e militar central para a constituição do Estado republicano.

A partir da segunda metade do século XIX, as ideias de Auguste Comte permearam as mentalidades de muitos mestres e estudantes militares, políticos, escritores, filósofos e historiadores. Vários brasileiros adotaram, ou melhor, se converteram ao positivismo, dentre eles o professor de matemática da Escola Militar do Rio de Janeiro Benjamin Constant, o mais influente de todos. Tais influências estimularam movimentos de caráter republicano e abolicionista, em oposição à monarquia e ao escravismo dominante no Brasil. A Proclamação da República, ocorrida através de um golpe militar, com apoio de setores da aristocracia brasileira, especialmente a paulista, foi o resultado “natural” desse movimento. (VALENTIM, 2010, p. 11)

Portanto, é no contexto de uma elite marcada direta e indiretamente pelo ideário positivista e pelo racismo científico, à época com validade de ciência de fato, que se instaura uma série de políticas públicas nacionais, dentre elas as políticas demográficas, que vão marcar a tentativa de substituição da população trabalhadora de origem africana pela população trabalhadora de origem europeia, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX (SEYFERTH, 1996, p. 46).

As reformas educacionais deste período, por sua vez, também foram reflexo dessa influência. Não sem propósitos, o projeto de entrada da Sociologia na grade curricular dos cursos normais apontava para uma necessidade moralizadora das relações sociais, tendo em vista o “progresso” desta ex-colônia marcada pelo escravismo e pela predominância de uma massa populacional mestiça e aquém dos valores culturais, morais e científicos da “civilização”. A reforma educacional de 1891 que Constant idealizou já tinha tal elemento como constitutivo de um projeto de nação.

A influência positivista na educação brasileira e, em especial, na constituição dos primeiros materiais didáticos produzidos por aqui se expressa também na recorrência com que o pensamento de Herbert Spencer (1820 – 1903) aparece nos materiais didáticos de Sociologia em sua primeira geração. Meucci (2001, p.129-130), ao analisar os primeiros manuais didáticos de Sociologia, aponta a recorrência da presença do intelectual britânico nas referências das obras de diferentes autores. Os materiais didáticos neste contexto não somente eram expressão de um modelo de produção de conhecimento, mas também de um projeto de nação. Algo semelhante aparece na pesquisa de Brito (2010), ao analisar o primeiro manual didático publicado por Fernando Azevedo (1894 – 1974), no ano de 1935. Nele há um projeto de ciência social, mas também um projeto político-educacional no qual o livro didático serviria como fonte

formadora de estudantes e professores para as letras superiores e para o conhecimento entendido como científico naquele momento.

Neste sentido, a constituição dos sistemas educacionais brasileiros a partir da segunda metade do século XIX foi consequência, através das diretrizes educacionais, de um projeto mais amplo de nação, assentado no positivismo e tendo como consequência uma perspectiva elitista de escola à medida que as demandas por serviços educacionais, com a ampliação dos aglomerados urbanos, via migração de trabalhadores brancos, se ampliava. Como a escolarização dos filhos de escravizados ou de ex-escravizados não se tornou uma prioridade no projeto de nação das elites recém-convertidas ao republicanismo, a demanda que interessava era das famílias brancas de origem migrante. Pode-se ver, portanto, que a educação e, por conseguinte, a produção de material didático responde de maneira direta ou indireta às articulações socio-político-culturais de uma época particular.

Esta percepção é importante para possibilitar uma apreensão adequada do processo de consolidação da política pública de produção e distribuição de livros didáticos no Brasil. Tal quais as necessidades geradas pela reforma protestante e sua concepção político-religiosa no século XVI, a política de produção de livros didáticos no Brasil respondeu a um contexto social bastante particular. Os livros didáticos, outrora importados, de baixa qualidade e traduzidos de línguas estrangeiras para o português, passam a ser de produção nacional. Neste contexto de ampliação e fortalecimento dos migrantes, do crescimento da população urbana, nas transformações no processo produtivo e em meio ao colapso econômico gerado pela crise de 29, tendo que enfrentar os dilemas que envolviam uma massa de semialfabetizados e analfabetos em um país em pleno processo de transformação de sua estrutura produtiva, que o Estado inicia uma política pública voltada à produção e distribuição de conhecimento via material didático. Até então os manuais eram majoritariamente importados da França.

3 – A política pública para o livro didático da Era Vargas ao pós-ditadura militar

Como parte dos esforços de modernização conservadora empreendidos por Getúlio Vargas a partir do fim da Primeira República, buscou-se uma política de centralização dos processos educacionais, incluindo aí a produção de livros didáticos para o ensino regular. Eram os anos 30 do século XX, período de enorme efervescência e debate sobre os rumos da educação nacional. O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (AZEVEDO, 2006), publicado em 1932, é expressão deste processo de efervescência cultural em torno das políticas de educação básica e superior.

A criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), via decreto-lei 1006/38, é o marco legal de fundação de uma política de Estado voltada à produção e distribuição de materiais didáticos (FREITAG, 1987). Apesar da CNLD ter tido forte papel político-ideológico, servindo como instrumento de controle dos materiais didáticos por parte do Estado num contexto de autoritarismo e de suspensão das liberdades democráticas, a política educacional de produção de materiais didáticos para as escolas públicas brasileiras nasce neste momento. Marcado por inconstâncias e reformulações, a política de fornecimento de material didático sobreviveria aos diferentes momentos políticos ao longo de mais de 7 décadas, chegando até a contemporaneidade.

Extinta em 1960, a CNLD dá lugar a diferentes experimentações nos anos da ditadura militar. É deste período o controverso acordo MEC (Ministério da Educação e Cultura) - USAID (United States Agency for International Development) a respeito da assessoria para planejamento do sistema de ensino, particularmente do ensino superior, assinados em 1965 e 1967 (PINA, 2011; PASSOS, 2010). Entretanto, mantiveram-se sob o controle do Estado os mecanismos de seleção das obras e, portanto, de controle sobre a vida dos estudantes e sobre o tipo de conhecimento que poderiam acessar nas obras. Tais acordos redundaram na reforma do ensino superior e na adoção do regime de créditos semelhantes às universidades norte-americanas.

No que tange a produção de livros didáticos, tais acordos reduziram o tempo de vida útil das obras, retiraram o seu caráter de material a ser reutilizado, transformando os livros em material de consumo de curta duração. Associada a isto, aponta-se a perda de qualidade do material didático ofertado aos estudantes. A parceria MEC/USAID manteve até o final dos anos 70. Em 1971, nasce o Programa do Livro Didático, antecessor do Programa Nacional do Livro Didático, que viria a nascer em 1985, já no contexto da redemocratização. O PNLD, que nasce a partir da redemocratização, traz o espírito do seu tempo, sendo marcado por progressiva descentralização nos processos decisórios e, ao mesmo tempo, criando um mercado editorial gigantesco nos últimos anos.

Das inúmeras formas experimentadas pelos governantes para levar o livro didático à escola durante 67 anos (1929/1996), só com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1997, e com a transferência da política de execução do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que começam sua produção e distribuição de forma contínua e massiva. Todos os estudantes do ensino fundamental passam a receber livros didáticos de todas as disciplinas. A partir daí, o programa deslancha. Em 2001, começa a distribuição de dicionários de Língua Portuguesa para os alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e de livros em braile para os alunos cegos. No ano seguinte, os alunos de 4ª e 5ª séries passam a receber a coleção Literatura em Minha Casa. Em 2003, dicionários são entregues aos alunos da

1ª, 7ª e 8ª séries. Em 2004, o Ministério da Educação cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que vai distribuir, no próximo ano, livros de Matemática e de Português para todos os alunos matriculados na 1ª série do ensino médio das escolas públicas.²

Em comparação com as versões anteriores, o PNLD que emerge após 1985 foi marcado por algumas rupturas importantes com relação às experiências progressas:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores³.

Também nos anos 90 se estruturam os documentos “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” – documento público que aponta para os critérios de seleção das obras submetidas pelas editoras – e o “Guia de Livros Didáticos” – material utilizado para facilitar a avaliação e seleção dos títulos por parte dos professores da Educação Básica. Esse processo fez parte de um movimento por ampliação de participação civil nas estruturas do Estado e em decorrência da perspectiva de reforma gerencial que marcará os governos pós-ditadura na década de 90 (BRESSER-PEREIRA, 2017).

4 – Os livros de Sociologia no PNLD

Progressivamente ampliando o público atendido ao longo dos anos 90 e na década seguinte, foi incluído o fornecimento de material didático de Sociologia no PNLD de 2012 – em decorrência da reintrodução da obrigatoriedade de ensino da disciplina nos três anos do Ensino Médio, aprovada em 2008 (Lei 11684/08). A primeira edição do programa contou com apenas dois títulos aprovados: *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2010), Editora Saraiva, e *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY; FREIRE-MEDEIROS, 2010), Editora do Brasil. Esse número triplicou em 2015, havendo a aprovação de 06. Além da aprovação das versões atualizadas das obras distribuídas no PNLD 2012, houve o acréscimo de *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013), *Sociologia em movimento* (SILVA *et al*, 2013) e *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013). Na edição de 2018, o número

² Disponível em <http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pnld/5164-livro-didatico--75-anos-de-historia>. Acessado em 20/06/2019.

³ Disponível em <http://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/remanejamento/item/518-historico?highlight=WyJsaXZybyIsImRpZFx1MDBIMXRpY28iLCJsaXZybyBkaWRcdTAwZTF0aWNvIIO=>. Acessado em 20/06/2019.

de títulos disponíveis aos docentes reduz-se, passando para 5 as obras aprovadas, o livro *Sociologia para Ensino Médio* não figura dentre os aprovados para a nova edição do programa. Apenas o livro *Tempos modernos, tempos de Sociologia* foi aprovado nas três edições do PNLD (2012, 2015 e 2018). Com exceção da obra de Nelson Tomazi – a mais distribuída no PNLD 2012⁴ –, todos os títulos aprovados no PNLD 2015 tiveram suas versões atualizadas aprovados para o PNLD 2018. Não houve acréscimo de títulos novos entre uma edição e outra do programa.

A edição 2018 do PNLD movimentou R\$ 1.467.232.112,09, no atendimento a 117.566 escolas, com cobertura de 31.137.679 de alunos e tendo distribuído 153.899.147 de exemplares⁵. No caso da Sociologia, o PNLD 2018⁶ distribuiu 7.496.730 livros de para estudantes de escolas públicas de todo país, a um custo total de R\$ 88.755.268,54, só em valores referentes aos livros disponibilizados aos estudantes, sem o valor R\$ 1.341.977,43 em livros didáticos da área distribuídos aos professores. Dentre as 5 obras disponibilizadas, *Sociologia em movimento* teve a tiragem de 2.966.890, seguido de *Sociologia* com 1.514.852. Juntas, foram distribuídos 4.481.742 exemplares, correspondendo a 59,78% das obras distribuídas aos estudantes. Devido a tamanho impacto, foram selecionadas para análise comparativa neste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista os limites deste trabalho, faremos a seguir uma análise breve das duas obras selecionadas. A primeira obra a ser analisada é o *Sociologia em movimento* (SILVA *et al*, 2016). Sendo uma obra de produção coletiva, contando com 17 autores, o livro foi organizado a partir do trabalho dos professores do Departamento de Sociologia do tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Esta característica aponta para dois elementos importantes do ponto de vista da origem da obra: a presença marcante de profissionais da Educação Básica, mesmo que de um colégio federal, na produção do material, e a profunda relação de origem da obra com autores localizados no sudeste, especialmente no Rio de Janeiro.

Este é o livro que mais concentra a temática que aqui nos interessa em um capítulo em particular. Tendo 15 capítulos distribuídos em 06 unidades, totalizando 400 páginas, as questões

⁴ Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores> Acessado em 14/08/2016.

⁵ Dados disponíveis em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acessados em 19/06/2019

⁶ Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acessado em 14/08/2019

concernentes à Lei 10639/03 estão fortemente presentes no capítulo 05 da segunda unidade. A unidade articula os temas de cultura, poder e relações cotidianas e, em seu quinto capítulo, dedica atenção exclusiva às questões raciais. Material rico em teoria e mecanismos auxiliares para professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem, boa parte da discussão se dá em torno da questão entre negros e brancos, havendo poucas referências à questão indígena enquanto grupo que ainda se organiza sobre traços de raça/cor/etnia.

Outro momento em que a temática racial assume importância na obra é no trato das questões envolvendo os movimentos sociais e direitos humanos, capítulos 07 e 08, e também no capítulo 14 ao apresentar o conceito de interseccionalidade entre raça, classe e gênero para pensar as formas de desigualdade. Apesar disso, entretanto, mesmo nestas outras unidades, o centro da análise perpassa a população negra, sendo a população indígena secundária frente a apresentação dos dados do material.

O segundo livro a ser analisado é o *Sociologia* (ARAÚJO et al, 2016). Escrito por três pesquisadoras, professoras universitárias, oriundas da Universidade Federal do Paraná, a obra contém 392 páginas, nas quais estão distribuídos 12 capítulos. Diferentemente da obra anterior e também de outras obras no PNL 2018, as questões étnico-raciais são secundárias na estruturação do sumário, não havendo uma área ou capítulo específico para a temática. Entretanto, o tema aparece como transversal em diferentes capítulos. Os capítulos 02 e 04, por exemplo, vão discutir desigualdades em diferentes âmbitos da vida. Nestes, a questão racial aparece como subtema de outras discussões, articulando diferentes temáticas. O centro está na relação entre brancos e negros e no racismo estruturante dessas relações no Brasil. Procedimento semelhante se dá no capítulo 06 ao discutir cultura e diversidade cultural e movimentos de resistência.

Como se pode observar, o tratamento da questão nas duas obras possuem perfis distintos, com vantagens e desvantagens. A concentração da temática um capítulo possibilita o aprofundamento do assunto, mas não necessariamente abre possibilidades para que o professor, no uso do material, interrelacione as múltiplas questões às relações étnico-raciais. Por outro lado, a ausência de uma unidade específica sobre o tema reduz, potencialmente, as possibilidades de formação e qualificação do docente e do corpo de discentes no que tange ao assunto em tela.

Seja como for, todo livro didático, assim como qualquer obra, opera com recortes no limite dos padrões legais, didáticos, políticos, conceituais, éticos e estéticos circundantes. Não haverá livro didático que atenda à todas as necessidades de um processo complexo como o de ensino-aprendizagem, especialmente porque, a despeito da fetichização apontada acima, o livro

é apenas um instrumento – dentre outros – para o processo organizado pelo professor na relação com os seus discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo avaliar de que maneira os manuais didáticos distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático, edição 2018, na área de Sociologia, podem auxiliar o docente da Educação Básica a implementar uma prática educacional antirracista que consiga dar conta de outras e múltiplas narrativas sobre a constituição deste povo e nação, ao mesmo tempo em que se utiliza do enorme potencial do ensino de Sociologia nos bancos escolares tem de gerar o novo nas percepções sobre as dinâmicas sociais. Para tal, o presente trabalho optou por discutir o livro didático enquanto objeto de intervenção das mais variadas políticas e orientações ideológicas em contextos de disputa de projeto de educação. Neste sentido, a Lei 10639/03 é mais um episódio da relação entre sistemas educacionais e contexto político social. Neste caso, um contexto de tentativa de inclusão de práticas, saberes, narrativas e histórias silenciadas por processos contínuos de violação.

Os apontamentos aqui presentes são apenas preliminares, não sendo possível esgotar a complexidade de uma comparação deste porte. Outros trabalhos precisarão avaliar a estruturação dos livros didáticos e a maneira como eles contribuem para implementar uma política antirracista nos bancos escolares via ensino de Sociologia. No geral, entretanto, chama atenção a disparidade no trato da questão dentre as duas obras analisadas e o desafio de implementar, na construção dos materiais didáticos, uma perspectiva interseccional no trato dos diferentes temas. Também chama atenção a baixa presença de autores não-europeus e/ou não-brancos e de mulheres autoras enquanto referências nas obras. Tema para análises futuras.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S.M.; BRIDI, M.A.; MOTIM, B.L. Sociologia – 2 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016
- AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006
- BARBOSA, L.M.R. Estado e educação em Martinho Lutero: a origem do direito à educação. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 144, p. 866-885.
- BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B.; EMERIQUE, R.B.; O'DONNELL, J. Tempos modernos, tempos de Sociologia. 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 – História. Brasília, DF: SEB, 2011
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Guia de Livros Didáticos PNLD 2015 – História. Brasília, DF: SEB, 2014
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Guia de

- Livros Didáticos PNLD 2018 – História. Brasília, DF: SEB, 2017
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Rev. Adm. Pública [online]. 2017, vol.51, n.1, pp.147-156
- BRITO, S. H. A. A produção de manuais didáticos e o ensino de sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p58-75, mai2010
- DI GIORGI, C.A.G. et al. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. Ensaio: aval.pol. públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, Dec. 2014
- GATTI JÚNIOR, D. A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.
- LISBÔA, E.R.M.; SILVA, M.A.T.; SOUSA, T.R. Velhos objetos X novos olhares: os usos do livro didático no ensino de História. XII Jornada do Histedbr (Anais). Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/1/artigo_eixo1_375_1410836703.pdf Acessado em 12/08/2019.
- MACHADO, I.J.R.; AMORIM, H.; BARROS, C.R. Sociologia Hoje – 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2016
- MEUCCI, S. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. Estudos de Sociologia. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001.
- _____. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais Didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, Londrina, v.12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.
- OLIVEIRA, J.B.A. et al. A política do livro didático. Campinas: UNICAMP, 1984
- OLIVEIRA, L.F.; COSTA, R.C.R. Sociologia para jovens do Século XXI: manual do professor – 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016
- PASSOS, J.O. Acordos MEC-USAID: para além da reestruturação do ensino superior (1964-1968). Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.
- PEREIRA, L.C.S. A Reforma Protestante e a Origem da Escola Pública. Psicologado. Edição 10/2013.
- PINA, F. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968). 2011. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.
- PINOTTI, M.L. O movimento negro e a configuração da Lei 10.639/03. XIII Encontro Regional de História (Anais). Coxim, 2016.
- TAGLIANI, D. C. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011.
- SALOMÃO, I.C. Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016
- SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização in MAIO, C.H.; SANTOS, R.V. (org.) Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996
- SILVA, A. et al. Sociologia em movimento – 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2016
- SILVA, M.A. A fetichização do livro didático no Brasil. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.
- VALENTIM, O. F. O Brasil e o Positivismo. Rio de Janeiro: Publit, 2010.